

DEMOCRACIA E/OU DEMOCRACIAS: VOZES INSISTENTES
SOBRE “INSISTÊNCIAS DEMOCRÁTICAS”
(ENTREVISTA COM MIGUEL ABENSOUR,
JEAN-LUC NANCY & JACQUES RANCIÈRE)

Vinícius Nicastro Honesko

Prof. da Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina

E-mail: viniciushonesko@gmail.com

Natal (RN), v. 19, n. 32
Julho/Dezembro de 2012, p. 509-515

Princípios
Revista de filosofia

E-ISSN: 1983-2109

Em 2009 a editora francesa “*La Fabrique*” publica uma interessante obra coletiva intitulada “*Démocratie, dans quel état?*”. No livro encontramos textos de Giorgio Agamben, Slavoj Žižek, Alain Badiou, Daniel Bensaïd, Wendy Brown, Kristin Ross, Jacques Rancière e Jean-Luc Nancy. Todo o debate levantado pelos autores, sobretudo à luz das recentes intempéries pelas quais passavam a economia e a política globais naquele ano (a explosão da crise de 2008; os ataques às torres gêmeas em 2001; até, no limite, a demolição do muro de Berlim em 1989), busca colocar a questão da democracia, enquanto horizonte premente da política, à prova. De fato, tal prova insere-se fundamentalmente na própria construção do conceito “democracia”. Logo na abertura da coletânea, a pequena “*Note liminaire sur le concept de démocratie*”, de Giorgio Agamben, dá o tônus das discussões que seguem ao postular que o problema contemporâneo pelo qual as democracias (e o plural se faz fundamental) do ocidente estariam passando – falta de legitimidade, obscurecimento pelas dimensões econômicas e de interesses privados etc. – está no cerne da de uma questão filosófica assumida sem benefício de inventário.

Se assistimos hoje à dominação esmagadora do governo e da economia sobre uma soberania popular que foi progressivamente esvaziada de todo sentido, é talvez porque as democracias ocidentais estão pagando o preço de uma herança filosófica que elas assumiram sem benefício de inventário. O mal-entendido que consiste em conceber o governo como simples poder executivo é um dos erros mais cheios de consequências na história da política ocidental. Isso fez com que a reflexão política da modernidade vagasse atrás de abstrações vazias como a lei, a vontade geral e a soberania popular, deixando sem resposta o problema, que sob qualquer ponto de vista é decisivo, do governo e de sua articulação com o soberano. Tentei mostrar em um livro recente que o mistério central da política não é a soberania, mas o governo; não é Deus, mas o anjo; não é

o rei, mas o ministro; não é a lei, mas a polícia - ou, mais precisamente, a dupla máquina governamental que eles formam e mantêm em movimento.

O sistema político ocidental resulta da ligação de dois elementos heterogêneos, os quais se legitimam e dão-se mutuamente consistência: uma racionalidade político-jurídica e uma racionalidade econômico-governamental, uma "forma de constituição" e uma "forma de governo". Por que a *politeia* está presa nessa ambiguidade? O que dá ao soberano (ao *kyrion*) o poder de assumir e de garantir sua união legítima? Não se trataria de uma ficção destinada a dissimular o fato de que o centro da máquina está vazio, de que não há, entre os dois elementos e as duas racionalidades nenhuma articulação possível? E que é de sua articulação que se trata justamente de fazer emergir este ingovernável, que é ao mesmo tempo a fonte e o ponto de fuga de toda política? (Agamben, 2009, pp. 11-12)

A questão (mais do que seus apontamentos para respostas) suscitada por Agamben, portanto, expande-se nas análises subsequentes em modos e vieses diferentes (inclusive, é importante notar, com discordâncias e mesmo embates com as ideias do filósofo italiano) que, entretanto, levam-nos aos problemas cruciais no debate político contemporâneo: ainda é possível falar em democracia? Ou melhor, democracias? Ou então: em que dimensão ainda podemos nos dizer democratas?

Na entrevista que agora apresentamos, publicada originalmente na revista "*Vacarme*" no verão de 2009, tais questões voltam a ser colocadas à resposta de três filósofos contemporâneos: Jean-Luc Nancy, Jacques Rancière e Miguel Abensour. Novamente, como na obra coletiva das edições "*La Fabrique*", três pontos de vistas "à esquerda", ousamos dizer – mas que diferem entre si –, que trazem à discussão suas leituras da(s) democracia(s). Dos três entrevistados, dois, Jean-Luc Nancy e Jacques Rancière, também haviam contribuído para o livro a que fizemos menção. Neste, Jean-Luc Nancy, num texto intitulado "*Démocratie finie et infinie*", já apontava para o "nome" da democracia – nome que, na entrevista que segue, ele associará ao "outro nome da morte de Deus" – como o ponto de uma intransigência para a abertura dos sentidos. Retomando a questão do "comunismo" (e todo o debate com Maurice Blanchot pode ser aí lido nas entrelinhas – e, obviamente, é necessário lembrar de "*La communauté des-ouvree*", livro em que Nancy, ainda nos anos 80, (re)coloca o problema na ordem do dia

das discussões filosóficas), ele lê talvez a única possibilidade de democracia na admissão do infinito dos sentidos, para além, portanto, da questão da forma (vazia) de governo e do regime (também vazio) político aos quais “a” democracia ocidental, como sua única função, parece dar nome. Diz Nancy:

O bem sem projeto nem unidade consiste na invenção sempre retomada das formas segundo as quais o sentido pode ter lugar. *Sentido* quer dizer: envio de uns aos outros, circulação, troca ou partilha de possibilidades de experiência, isto é, de relações com o fora, com a possibilidade de uma abertura ao infinito. O *comum* é aqui o todo da questão. Sentido, sentidos, sensação, sentimento, sensibilidade e sensualidade, tudo isso só se dá em comum. Mais exatamente, é a condição mesma do comum: o sentir de uns em relação aos outros, e por ele a exterioridade não convertida ou preenchida em interioridade, mas esticada, colocada em tensão entre nós.

Enquanto compromete uma metafísica (ou, como vamos dizer: relações aos fins) e não a saberia garantir por uma religião, civil ou não, a democracia exige que sua política faça emergir clara e largamente o fato de que suas questões do sentido e dos sentidos ultrapassam a esfera de seu governo. Não é um caso de público ou de privado, nem de coletivo ou de individual. É o caso do *comum* ou do *em-comum* que não é precisamente nem um nem o outro e no qual toda a consistência se encontra na marginalização de um e do outro. O *comum* é, de fato, o regime do *mundo*: da circulação dos sentidos.

A esfera do comum não é uma: ela é feita de múltiplas aproximações da ordem do sentido – a qual, por sua vez, é ela mesma múltipla, como na diversidade das artes, dos pensamentos, dos desejos, dos afetos etc.. O que “democracia” quer dizer aqui é a admissão – sem assunção – de todas as diversidades em uma “comunidade” que não as unifica, mas que implanta, ao contrário, sua multiplicidade e, com ela, o infinito em que elas constituem as formas inomináveis e inacabáveis. (Nancy, 2009, pp. 91)

Admitir o inacabável da construção política como uma forma de romper com a estratificação mortuária da democracia enquanto estrutura rígida e cooptada pelos governos ditos democráticos (e a quase cacofonia aqui faz-se intransigente). Isto é, Nancy, como pensador da democracia para além dos “princípios democráticos”, coloca-se como que em suspensão diante das alternativas dicotômicas que a pergunta sobre a “verdade” da democracia coloca. Democracia, para ele, ultrapassaria “uma verdade” para se constituir na multiplicidade dos sentidos, dos sentidos construídos

“em-comum”, em circulação, nem “numa” forma de governo, nem “numa” forma de sociedade.

Essa não imobilização da democracia – um nem uma coisa nem outra – pode aparecer, por outro lado, como uma espécie de ideal inatingível. Ora, e é respondendo a uma questão similar, proposta por Eric Hazan, na entrevista que foi publicada no livro coletivo de 2009, que Jacques Rancière expõe sua posição a respeito da democracia (posição esta que, na entrevista que aqui apresentamos, retorna de modo mais articulado e com apontamentos e referências à própria obra recente). Rancière, pensando a igualdade como uma pressuposição e não como um objetivo a ser atingido, expõe seu ponto de vista sobre a democracia:

O que quero dizer é que a democracia, no sentido do poder do povo, do poder daqueles que não têm nenhum título particular para exercer o poder, é a própria base do que torna a política pensável. Se o poder está com os sábios, com os mais fortes, com os mais ricos, não estamos mais na política. É o argumento de Rousseau: o poder do mais forte não deve ser enunciado como um direito – se o mais forte é o mais forte, ele se impõe e isso é tudo. Nenhuma necessidade de outra legitimação. Penso que a democracia é uma pressuposição igualitária sobre a qual mesmo um regime oligárquico como o nosso deve mais ou menos se legitimar (Rancière, 2009, p. 98).

A democracia, portanto, estabelece-se como uma forma de função crítica. É o modo de impedir, *in limine*, que a política se transforme em polícia, que a política transforme-se em dominação e uso da força verticalmente (mais ricos, mais sábios, mais fortes no domínio). Longe de uma dimensão político-democrática estatal, uma democracia que pressuponha a liberdade e que tenha um papel crítico aos poderes instituídos, segundo Rancière, é o caminho para o que ele acaba por denominar “emancipação” (e na entrevista à *Vacarme* esse será um ponto de discussão de discordância entre os três autores). Dito de outro modo, Rancière propõe à democracia o caráter de uma forma de poder que afasta qualquer institucionalização, isto é, como se verá na entrevista, “uma forma de poder legítima que leva em si a refutação de toda legitimidade do exercício do poder”.

É também com base numa compreensão de “emancipação” pela democracia que Miguel Abensour, próximo nisso a Rancière, propõe, na entrevista (dos três aqui entrevistados, Abensour é o único a não participar do livro de 2009), sua compreensão da luta democrática como uma “insurgência”, como uma luta da democracia “contra” o Estado – e tal é o título de um de seus livros mais importantes: “*La démocratie contre l’État. Marx et le moment machiavélien*”, de 2004. Um ano depois da publicação deste seu livro, Abensour esteve no Brasil para o “Seminário Internacional Gemas da Terra: imaginação estética e hospitalidade”, no qual proferiu uma palestra sobre os necessários encontros entre “democracia” e “utopia”: “Persistente utopia, e não eterna utopia”.

Aproximando a “persistência” da conferência de 2005 com a “insistência” desta entrevista de 2009, podemos vislumbrar como Abensour – sobretudo próximo às concepções anarquistas (e, talvez, seja o caso de aproximar um dos mais recentes textos, *L’insurrection qui vient* (Comité Invisible, 2007), do grupo Tiqqun, já depois de sua cisão e que então assumia o nome *Comité invisible*, às ideias de Abensour) – procura um meio de pensar a democracia como um modo *persistente, insistente*, de lutar contra a dominação. Nas considerações de 2005, Abensour diz a respeito da democracia e da utopia:

As duas compartilharam metas emancipadoras próximas: a democracia, pela instauração de um poder coletivo capaz de lutar permanentemente contra a dominação dos poderosos, e a utopia, pela escolha da associação em oposição às sociedades estruturadas de modo hierárquico, portanto, baseadas na dominação. Tanto em seus projetos quanto em sua efetivação, utopia e democracia trabalham para estabelecer – por caminhos diferentes, é verdade – um estado, uma situação de não-dominação (Abensour, 2005).

De fato, ponderando as aproximações entre utopia e democracia, Abensour abre caminho para pensar a *insistência* democrática como uma forma de ruptura com as dominações.

A entrevista que segue, portanto, traz três compreensões distintas sobre o modo de encarar e (re)pensar a democracia. Cada um deles, percorrendo suas linhas e *tomando suas posições* políticas (e, para a questão do tomar posição, remeto a um leitor sagaz dos

três entrevistados: Georges Didi-Huberman, que em seu livro “*Quand les images prennent position*” (Didi-Huberman, 2009) coloca de modo interessante a posição do intelectual diante das contendas políticas do contemporâneo), expõe sua(s) democracia(s) e, com isso, enquanto intelectuais, tocam e agem politicamente, ainda que às suas maneiras singulares. Entretanto, mesmo com as divergências, o que nos três autores não se cala – e suas vozes ainda clamam no deserto das “falências políticas” deste tempo (e, também aqui, remeto à leitura do belo texto de Jean-Luc Nancy, *Vox Clamans in deserto*, cuja tradução foi recentemente publicada nos Cadernos de Leitura das Edições Chão da Feira (Nancy, 2013)) – é o desejo de *insistir* e não se calar. Isto é, mesmo que toda a política possa parecer *desertificada*, ainda é preciso fazer ouvir as nossas vozes.

Referências

- ABENSOUR, Miguel. *Persistente utopia, e não eterna utopia*. Texto disponível em: <http://www.sescsp.org.br/sesc/conferencias/subindex.cfm?Referencia=3503&ID=202&ParamEnd=6&autor=3559>
- AGAMBEN, Giorgio. *Note liminaire sur le concepte de démocratie*. In.: *Démocratie, dans quel état?* Paris: La Fabrique, 2009. pp. 9-13.
- COMITÉ INVISIBLE. *L'Insurrection qui vient*. Paris: La Fabrique, 2007.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Quand les images prennent position. L'oeil de l'histoire I*. Paris: Éditions de Minuit, 2009.
- NANCY, Jean-Luc. *Démocratie finie et infinie*. In.: *Démocratie, dans quel état?* Paris: La Fabrique, 2009. pp. 77-94.
- _____. *Vox clamans in deserto*. In.: Cadernos de Leitura, nº 13. Lisboa: Edições Chão da Feira, 2013. Disponível em: <http://www.chaodafeira.com/?p=605>
- RANCIÈRE, Jacques. *Les démocraties contre la démocratie*. In.: *Démocratie, dans quel état?* Paris: La Fabrique, 2009. pp. 95-100.

